



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15983 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

**ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:  
UMA ANÁLISE EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Ana Lúcia Amaral Freitas Ribeiro - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Maíra Tavares Mendes - Universidade de Toronto

**ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO  
ESPECIAL: UMA ANÁLISE EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

---

## 1 INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado desenvolvida em uma universidade pública estadual da Bahia, cujo objetivo foi analisar as estratégias de permanência institucionais (políticas institucionais) voltadas para os estudantes Público-alvo da Educação Especial e informais (ações empreendidas pelos próprios estudantes (coletiva ou individualmente) da Graduação. Nesse propósito, buscando respostas as seguintes questões: quais estratégias a instituição estabeleceu para a permanência do Público-alvo da Educação Especial da Graduação? Quais estratégias informais os estudantes Público-alvo da Educação Especial mobilizam para sua permanência na graduação? Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: (i) investigar nas políticas de permanência da instituição, aquelas voltadas para o PAEE da educação especial da graduação; (ii) avaliar as barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e financeiras presentes no percurso da vida acadêmica dos estudantes Público-alvo da Educação Especial da graduação.

Nessa perspectiva, por entendermos que a permanência é uma dimensão que está imbricada com o ingresso e a qualidade na formação até a conclusão do curso, esta pesquisa assumiu o conceito de acesso de forma tridimensional, que envolve o ingresso, primeira etapa do acesso, a permanência e a conclusão do curso, conceito dos autores Veloso e Maciel (2015). Desse modo, embora o nosso

objeto tenha sido a permanência, buscamos discutir as barreiras encontradas pelos estudantes tanto para o ingresso, quando para a permanência e, os modos de enfrentamento, se por meio de estratégias institucionais ou estratégias informais (Santos, 2009; Autora, 2020).

Discutir a permanência do PAEE é cada vez mais necessário, uma vez que esse público está ingressando, mesmo sendo um fenômeno recente, com mais frequência no ensino superior. No ano de 2021, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) registraram 63.404 matrículas nas universidades brasileiras. Analisando o período de 2015 a 2021, recorte temporal desta pesquisa, o número de matrículas aumentou de 37.927 para 63.404, representando 67,2%. Nesse contexto, quando levamos em consideração as matrículas nas universidades baianas, o crescimento foi de 64,99%, aumentando de 1.211 para 1.998. (Brasil 2015; 2021).

Este cenário, conforme Santos (2020), foi impulsionado pelo movimento a favor da educação inclusiva latente na década de 1990 e fruto de lutas coletivas dos movimentos sociais das pessoas com deficiência, cujas pautas foram se materializando em políticas públicas que vem contribuindo para o ingresso do PAEE no ensino superior, como a Lei 9.394/1996, que deixa claro a opção por uma política pública inclusiva; Política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que estabelece a transversalidade da Educação Especial, sendo a sua efetivação no Ensino superior “[...] por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos”(Brasil, 2008), dentre outras políticas.

No que tange especificamente ao Ensino Superior, o movimento de luta por direitos educacionais reverberou em outras políticas, tais como: Aviso Curricular n. 277/1996 (Brasil, 1996); o Decreto n. 3298/1999 (Brasil, 1999); a Portaria n. 3294/2003, a Lei n. 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Essas políticas têm oportunizado às universidades tornarem-se mais diversas e vivenciarem contextos em que o PAEE tenha mais possibilidades de ingresso. Portanto, há que se avançar na discussão para a permanência, sendo está a proposta deste estudo.

## **2 DESENVOLVIMENTO:** o caminho percorrido pela pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo participante, escolha feita por ser uma proposta metodológica que tem o envolvimento da pesquisadora, tanto com o ambiente (campo da pesquisa), quanto com o grupo dos participantes, por conta da atuação profissional no serviço de Atendimento Educacional Especializado da instituição.

Com relação aos participantes da pesquisa, foram 8 estudantes da graduação, de diferentes cursos (licenciatura e bacharelado), nas áreas de humanas e exatas, matriculados no período de 2016 e 2022, com idade variando de 26 a 39 anos. Os critérios de inclusão estabelecidos para ser participante foram: ser estudante PAEE matriculados nos cursos de graduação; ter matrícula no período de 2015 a 2022; ter recebido Atendimento Educacional Especializado de forma sistemática.

Para a produção dos dados, optamos por utilizar três instrumentos: a análise dos documentos e relatórios institucionais; entrevista semiestruturada e o grupo focal. A análise dos documentos (Resoluções, Relatórios institucionais e Leis disponíveis *online*, foi utilizada como instrumento para possibilitar a produção de dados sobre as estratégias institucionais de acesso (ingresso, permanência); a entrevista semiestruturada (realizada presencialmente) organizada a partir de um roteiro contendo 13 questões para produzir dados sobre as estratégias de permanência institucional e informal sob a perspectiva dos próprios estudantes de forma individualizada. O Grupo Focal, realizado posterior às entrevistas, foi a proposta metodológica apropriada para investigação das barreiras vivenciadas pelos estudantes e as formas de enfrentamento, tendo em vista que a interação entre participantes propicia o desencadeamento de elementos que não são considerados pelos indivíduos isoladamente. Salientamos, que tanto as entrevistas, quanto os dois Grupos Focais foram realizados após aprovação do Projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa e realização do Procedimento Livre esclarecido.

Para a realização das entrevistas, como também os grupos focais utilizamos as ferramentas de acessibilidade necessárias para que houvesse o envolvimento de todos os participantes. A seguir apresentamos o Quadro 1 com o resumo das etapas da pesquisa.

**QUADRO 1:** Resumo das etapas da pesquisa

<b>Etapas</b>	<b>Procedimentos</b>
I	Realização do mapeamento das produções acadêmicas, a partir da busca em três bases de dados: Portal de Periódicos da Capes/MEC; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Anais da Rede Universas, considerando o período de 2017 a 2021.
II	Seleção de relatórios institucionais, solicitados aos setores competentes, como aqueles publicados online, para conhecimento das políticas de permanência estudantil da instituição àquelas voltadas ao PAEE.
III	Submissão do Projeto para análise do Comitê de Ética em Pesquisa- CEP

III	Processo de consentimento livre esclarecido - busca dos contatos dos estudantes no Núcleo de Acessibilidade para envio do convite (por e-mail) para participar da pesquisa. Após o aceite e assinatura do TCLE, agendamos as entrevistas e o Grupo Focal
IV	Realização das entrevistas semiestruturadas,
V	Realização dos grupos focais
VI	Transcrição das entrevistas e grupos focais

Fonte: elaboração da pesquisadora

Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que propõe um conjunto de técnicas estruturadas em três fases: (i) pré-análise, onde fizemos a organização do material objetivando torná-lo operacional ; (ii) exploração do material; (iii) tratamento dos resultados, fase em que exploramos o material consideramos o nosso objeto, questão de pesquisa e objetivos para identificar as categorias de análise, a inferência e a interpretação (análise crítica dos conteúdos dos textos dos documentos e relatórios institucionais e das transcrições das entrevistas e dos grupos focais a partir do referencial do campo teórico) (Bardin, 2011). Dessa maneira, auxiliou na organização dos dados para melhor compreensão dos fenômenos.

A partir da análise por essas três fases, surgiram os eixos temáticos que deram origem às 4 categorias de análise: estratégias institucionais de acesso; barreiras para permanência; estratégias informais de permanência e a perspectiva dos estudantes PAEE sobre uma política de permanência institucional.

### 3 PRINCIPAIS RESULTADOS

Nesta seção apresentamos os resultados da investigação por meio das 4 categorias de análise que emergiram dos dados.

#### 3.1 ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DE ACESSO

Nesta categoria discutimos as estratégias institucionais de ingresso, como de permanência.

##### 3.1.1- Estratégias institucionais de ingresso

Com relação ao ingresso, o estudo identificou a Política de Cotas, disposta em Resolução, que reserva 50% do total de vagas para estudantes oriundo de escolas pública, dos quais 75% são para estudantes autodeclarados negros e 25% para estudantes de escolas públicas sem autodeclaração racial.

Além destas cotas, a política estabeleceu até 2 vagas em cada curso para

indígenas reconhecidos pela FUNAI ou moradores de comunidades remanescentes dos quilombos, que tenham cursado os últimos quatro anos do Ensino Fundamental e o Ensino Médio integralmente em escolas públicas e tenham sido classificados no Processo Seletivo, observada a ordem de classificação.

Nesse sentido, percebemos que há nessa política a ausência de critérios específicos para ingresso dos estudantes com deficiência. Assim, embora essa política represente um avanço para o ingresso de grupos historicamente excluídos ao ensino superior, os estudantes com deficiência não foram contemplados. Portanto, os participantes deste estudo acreditam que essa ausência de critérios “[...] é outro motivo de ter poucas pessoas com deficiência na instituição, porque todo mundo pensa que a universidade não aceita esse público (risos)” (Grená, participante da pesquisa), como também descaracteriza a finalidade de uma política de ação afirmativa, que são as cotas.

### 3.1.2- Estratégias de permanência

Este estudo identificou e analisaremos: as três estratégias institucionais de permanência, a saber: 1) Programa Estadual de Auxílio Permanência- Mais Futuro (Leis n.13.458/2016 e sua alteração a Lei n.14.360/2021), disponibiliza bolsas para estudantes que residem até 100 km do *campus* e tenham renda per capita até ½ salário mínimo (300 reais) e para estudantes que residem a partir de 100 km e necessitaram mudar de endereço para estar na Universidade, mantendo o critério de renda (600 reais). A partir de 2/3 do curso, os estudantes têm o auxílio cancelado e seus dados encaminhados para a Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB), que fará a alocação dos estudantes nas vagas de estágio, quando contemplados poderão permanecer até 2 anos.; 2) Resolução que institui o Núcleo de Acessibilidade e, 3) alimentação subsidiada, que concede aos estudantes beneficiados pagarem ao Restaurante Universitário (RU), o valor de R\$1,00 (um real) por refeição. O RU serve café da manhã almoço e jantar, sendo café e almoço, de segunda-feira a sábado e o jantar, de segunda-feira a sexta-feira. Essa política é mantida com recursos próprios da instituição. Nessa perspectiva, tem um número limitado de fichas para refeições subsidiadas.

A partir da perspectiva dos estudantes e da análise das políticas, o Atendimento Educacional Especializado é a única estratégia institucional voltada para o PAEE na instituição pesquisada. Também ficou evidente na fala de uma das participantes quando questionada sobre a política de permanência “[...] a política, no caso seria as ações do Núcleo. Eu só consigo perceber isso apenas dentro do Núcleo” (Anil, participante da pesquisa). Os estudantes reconhecem o Núcleo de Acessibilidade como um espaço de acolhimento, um respaldo para a luta pelos direitos, um local que contribui com a acessibilidade aos materiais, um espaço que desenvolve formações continuadas que têm contribuído para contribuir com a

cultura da inclusão. Logo, fica claro a insuficiência de políticas de permanência para o PAEE, sendo esta uma demanda urgente para instituição.

### **3.2- BARREIRAS PARA A PERMANÊNCIA**

Nesta categoria foram encontradas as respostas para um dos objetivos específicos, que é avaliar as barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e financeiras, presentes no percurso da vida acadêmica dos estudantes PAEE da graduação da instituição investigada. Considerando o entendimento de barreiras como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa com deficiência” (Brasil, 2015, s/p), foram identificadas inúmeras barreiras vivenciadas pelos estudantes, desde as arquitetônicas, aquelas devido a ausência ou insuficiência de elementos físicos e espaciais no *campus* e prédios da instituição pesquisada, de forma que possibilite aos estudantes com deficiência usarem os diferentes espaços com autonomia e segurança, como também as pedagógicas, comunicacionais, o que tem feito com que os estudantes desenvolvam estratégias informais, mobilizem-se para a permanência.

### **3.3- ESTRATÉGIAS INFORMAIS DE PERMANÊNCIA**

Este estudo ao investigar as estratégias informais de permanência encontrou várias mobilizações dos estudantes para sobreviverem, dentre as quais: a ajuda dos colegas, tanto para locomoção dentro do *campus*, quanto para frequentar o RU, como também para utilizar o sistema acadêmico, tirar dúvidas sobre as questões de aula; atuar com “bicos” para complementar a renda; ajuda de professores de forma voluntária para aprofundamento de estudos de conteúdos curriculares; carona para ir à universidade; uso do ônibus gratuito do município que reside, o que exige ajuste do horário proposto pelo município; levar lanche de casa para passar o dia na universidade, como medida de economia. Desse modo, diante das inúmeras barreiras enfrentadas pelos estudantes PAEE para permanecer e concluir o curso, estes têm mobilizado na mesma medida estratégias informais para minimizar essas barreiras, o que sinaliza a necessidade de ampliação/ criação de outras políticas com foco na permanência do PAEE.

### **3.4- A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES PAEE SOBRE A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE**

Esta última categoria de análise abordou o desafio urgente a ser enfrentado no que tange a ausência de uma política de permanência do PAEE mais amplo, já que os estudantes consideram o Núcleo de Acessibilidade como única política. Os estudantes apontam a ausência de debate no âmbito institucional com proposições embasadas em um Regimento sobre a acessibilidade na instituição, que apoie e norteie todas as ações. Na perspectiva do direito, é necessária uma revisão em todos os instrumentos normativos, incluindo as especificidades do PAEE. Os estudantes propuseram também alterar a política de ação afirmativa na modalidade cotas, para inserir as pessoas com deficiência na garantia da reserva de vagas para o ingresso nos cursos de graduação.

Com relação à permanência, o Programa Mais Futuro e a forma como está estruturado os seus critérios para participação, não tem atendido às necessidades dos estudantes PAEE, mesmo com as modificações na Lei n.13.458/2015, alterada pela Lei n. 14.360/2021. Desse modo, os estudantes participantes da pesquisa indicam a criação de um programa de bolsa específica para as pessoas com deficiência. Os critérios para o subsídio alimentar atendem ao PAEE, contudo, o RU foi instalado em local que não possibilita o acesso de todos com autonomia. Além de não contemplar a quantidade de estudantes que necessitam do subsídio. Os participantes propõem como medida temporária a construção de caminho alternativo e em médio prazo a construção de novo RU em localização mais acessível, como também a ampliação do recurso para contemplar um maior número de estudantes.

Diante dessas e outras questões, os estudantes foram fazendo proposições, o que dará subsídio a instituição investigada a repensar suas políticas (ingresso e permanência) e criar novas que atendam às especificidades do PAEE de forma contribuam para o ingressem, a permaneçam e concluam dos cursos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo analisou as estratégias de permanência institucionais voltadas para PAEE e informais mobilizadas por estes estudantes da graduação. Nesse sentido, embora tenhamos identificado três políticas com foco na permanência, apenas uma está voltada especificamente para o PAEE, que é o Atendimento Educacional Especializado realizado pelo Núcleo de acessibilidade.

Dessa forma, diante das inúmeras barreiras para a permanência do PAEE (arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, pedagógicas), este estudo revelou que ainda são insuficientes as políticas existentes, o que mobiliza os estudantes a desenvolverem estratégias informais de permanência. A ajuda de colegas é uma das estratégias informais recorrentes entre os estudantes, participantes do estudo,

em diferentes situações, seja para locomoção dentro do *campus* ou apoio para servir o alimento no RU, como também para retirar dúvidas de assuntos das aulas, entre outros apoios. Com os dados produzidos por este estudo espera-se contribuir para que a pauta das políticas de ingresso e permanência do PAEE seja alvo de reflexão e possa reverberar em políticas institucionais voltadas para a inclusão do PAEE.

**PALAVRAS CHAVE:** Permanência. Educação Especial. Ensino Superior

## REFERÊNCIAS

BAHIA, LEI **13.458**, DE **10** DE DEZEMBRO DE **2015** Institui o Programa de Auxílio Permanência. Bahia, 2015. Disponível em: <https://x.gd/4dV8k>. Acesso em: 24 de fev. 2024.

BARDIN, Laurence. **ANÁLISE DE CONTEÚDO**. 70. ed. Lisboa: Persona, 2011.

BRASIL, **AVISO CURRICULAR, N. 277, DE 8 DE MAIO DE 1996** Orienta a execução adequada de uma política dirigida as pessoas com deficiência. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf> . Acesso em: 26 dez. 2022.

BRASIL, **LEI N. 13.146, DE 6 DE JUL. DE 2015** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência. Palácio do Planalto, 2015. Disponível em: <https://x.gd/LlvM6x>. Acesso em: 26 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**. 2015. Mec/Inep. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**. 2021. Mec/Inep. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. **LEI 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996** Brasília: MEC/SEESP, 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021

SANTOS, Dyane Brito Reis. **PARA ALÉM DAS COTAS. A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR COMO POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA**. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>

Acesso em: 07 out. 2022.

SANTOS, Ivete Maria. **O PROFESSOR E A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**: reflexões sobre formação docente. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia. 2020. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2021/03/Ivete-Maria-dos-Santos.pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.

VELOSO, Tereza Christina Aguiar; MACIEL, Carina Elisabeth. Acesso e permanência na educação superior- análise da legislação e indicadores educacionais. **REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO**, Natal, v. 51, n. 37, p. 224-255, jan/abril. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7178/5304>. Acesso em: 14 jun. 2022.